

**HABEAS CORPUS Nº 549.197 - RJ (2019/0359716-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : RAFAEL CRESPO  
**ADVOGADO** : RAFAEL CRESPO - RJ135390  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : MICHAEL ANTONY FERREIRA DO SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Michael Antony Ferreira dos Santos** contra ato coator da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Tem-se dos autos que o paciente e outro acusado foram pronunciados como incurso nos arts. 121, § 2º, II e IV, por duas vezes, e 121, § 2º, IV, na forma do art. 14, II, todos do Código Penal, sendo concedida a eles, contudo, a liberdade provisória (fls. 19/20 – Processo n. 0027702-15.2016.8.19.0014).

O Ministério Público estadual, então, interpôs recurso em sentido estrito, almejando a constrição cautelar do paciente e do outro acusado. Recurso provido, à vista dos fundamentos sintetizados na seguinte ementa (fls. 25/27):

Recurso em Sentido Estrito. A Decisão de Pronúncia encerra mero juízo de admissibilidade da acusação, não se exigindo certeza, mas tão somente o exame de prova da materialidade e de indícios da autoria, uma vez que, nesta fase, prevalece o Princípio In Dubio Pro Societate. As excludentes de ilicitude, para serem aceitas, devem ser cabalmente demonstradas, sob pena de se subtrair a apreciação da causa ao Juízo Natural, que é o Tribunal do Júri. Narra a denúncia que os acusados, no dia 11/04/2016, por volta das 02:30h, de forma livre e consciente, mediante comunhão de ações e desígnios, com inequívoco dolo de matar, teriam efetuado disparos de arma de fogo contra as vítimas Paulo Sérgio de Carvalho Nunes e Bruno Manhães da Silva, provocando lesões que foram causa eficiente de suas mortes. A prática delitiva teria sido cometida, no Baile da Comunidade Portelinha, por motivo fútil, eis que motivada por um desentendimento envolvendo mulher com quem Paulo Sérgio e Michael tinham relacionamento amoroso. O crime teria sido praticado, ainda, mediante recurso que dificultou a defesa das vítimas, que teriam sido atingidas inesperadamente.

Leandro e Michael, que teriam assumido o risco de matar outras pessoas que se encontravam no local, teriam atingido, com disparos de arma de fogo, a vítima

Ramon de Aquino Cruz, causando as lesões corporais descritas em AECD. Os corpos de Paulo Sérgio e Bruno teriam sido retirados da comunidade por um motorista de táxi, que os teria deixado em pontos distintos.

Depoimentos judiciais corroboram os fatos narrados na exordial. Nestes termos, em uma análise meramente processual, verifica-se que a materialidade encontra-se positivada por meio do Auto de Apreensão de fls. 12, pelo Laudo de Descrição de Material de fls. 56, pelo Laudo de Exame em Local de Homicídio de fls. 57/60, pelo Laudo de Perícia Necropapiloscópica de fls. 65, pelo Auto de Exame Cadavérico de fls. 74/76, pelo Laudo de Exame de Local de fls. 188/19º, bem como pelos depoimentos colhidos em sede investigatória e em Juízo.

A autoria é provável. Há indícios da qualificadora do motivo torpe, uma vez que os agentes teriam executado as vítimas por causa de um desentendimento envolvendo uma mulher com a qual Paulo Sérgio e Michael tiveram relacionamento amoroso.

Da mesma forma, está indiciado o emprego de recurso que dificultou a defesa das vítimas, pois foram surpreendidas com os disparos de arma de fogo desferidos em um local público, cheio de pessoas. Além dos indícios dos crimes de homicídios, há evidências de que Leandro e Michael integrariam facção criminosa responsável pela circulação de grande quantidade de drogas na região - TCP. Portanto, levando em consideração as circunstâncias consignadas no Inquérito Policial, tenho que as condutas atribuídas aos Réus impõem grave risco à ordem social.

Ademais, a segregação cautelar torna-se imprescindível para garantir a segurança necessária das testemunhas que prestarão seus depoimentos perante o Conselho de Sentença, órgão responsável pelo julgamento do mérito. Isto posto, MANTENHO A SENTENÇA DE PRONÚNCIA de fls. 463/464. NEGO PROVIMENTO AO RECURSO DEFENSIVO E DOU PROVIMENTO AO MINISTERIAL, a fim de decretar a prisão preventiva dos Réus. Expeçam-se mandados de prisão com prazo prescricional de 20 anos.

Daí o presente *writ*, em que se alega constrangimento ilegal na constrição cautelar do paciente, visto *que não se encontram presentes os requisitos ensejadores da prisão cautelar* (fl. 7).

Requer-se a concessão liminar da ordem *para revogar a prisão decretada pela Segunda Câmara do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, expedindo-se o alvará de soltura* (fl. 15).

E, no mérito, pede-se a confirmação da liminar, caso deferida.

É o relatório.

Busca a impetração a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do ora paciente.

Tem-se do acórdão ora impugnado (fls. 43/44 e 50/51):

[...] No tocante ao pleito Ministerial que requer a decretação da prisão preventiva dos acusados, este merece ser acolhido.

Além dos indícios dos crimes de homicídios, há evidências de que Leandro e Michael integrariam facção criminosa responsável pela circulação de grande quantidade de drogas na região - TCP.

Portanto, levando em consideração as circunstâncias consignadas no Inquérito Policial, tenho que as condutas atribuídas aos Réus impõem grave risco à ordem social.

[...]

*In casu*, conforme se depreende dos autos, há evidências robustas da materialidade e indícios da autoria do delito imputado, decorrentes dos elementos colhidos em sede extrajudicial e judicial, constituindo o *fumus commissi delicti*.

[...]

Assim, presente, nos autos, o *periculum libertatis*, decorrente do alto grau de periculosidade da conduta, justifica-se a medida cautelar, amparada na garantia da Ordem Pública.

Ademais, a segregação cautelar deles torna-se imprescindível para garantir a segurança necessária das testemunhas que prestarão seus depoimentos perante o Conselho de Sentença, órgão responsável pelo julgamento do mérito.

Levando em conta as circunstâncias do caso concreto, o apurado indica ser a prisão a única providência que poderá acautelar o interesse social no presente feito, razão pela qual não há como aplicar outras medidas cautelares diversas da prisão.

Pelo que se tem dos autos, a segregação cautelar do paciente se justifica na garantia da ordem pública, em especial, pela periculosidade do agente, integrante de organização criminosa de tráfico de drogas na região; além da garantia da segurança das testemunhas que prestarão os seus depoimentos perante o Conselho de Sentença, fundamentos, *a priori*, idôneos a manter a segregação cautelar do acusado, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações as autoridades apontadas como coatoras e, em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator